

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em dezembro de 2017 foi divulgado pelo jornal *O Público* a existência de denúncias anónimas sobre dois abrigos de animais em Santo Tirso que albergam cerca de 230 animais. A denúncia, feita a 27 de dezembro ao SEPNA Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, através do Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) do Destacamento Territorial de Santo Tirso, foi averiguada e deu lugar a relatório nº117/2017 que responde ao Auto de Notícia relativo a Crime de Maus-tratos a animais de companhia (NUIPC 013851/17.8T9PRT). Este NPA informou à denunciante ter feito seguir a informação para a Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária do Norte (DSAV-N).

Relativamente ao constante na denúncia, este NPA informa que verificou que ambos os abrigos/associações não se encontram legalizadas e que as instalações não conferem condições de bem estar ou saúde pública necessária à manutenção dos animais nestes espaços.

A Associação Cantinho das Quatro Patas que detém cerca de 150 cães foi já fiscalizada pela primeira vez em 2006, tendo tido subsequentes fiscalizações nesse mesmo ano e em 2008. Este NPA identifica esses momentos de fiscalização dentro dos trâmites de Autos de Notícia por Contra Ordenação (ANCO) com os n.ºs 147/2006, 148/2006, 42/2008, 43/2008, 44/2008, 45/2008, 46/2008.

Relativamente a este abrigo este NPA refere que “As instalações não apresentam o mínimo de condições de higiene, sendo constatada a existência de vários tipos de lixo, maioritariamente resultante de embalagens de alimentação de animais.” Refere ainda que não existe sistema de controlo de pragas ou roedores e que a documentação e vacinação exigida aos animais é inexistente para a maioria dos animais.

Relativamente ao Abrigo de Paredes - Associação de Protecção de Animais, informa que terá havido fiscalização anterior que levou à elaboração de ANCO nº 49/2013 remetido à DSAV-N. Foi possível verificar nesta nova diligência que este espaço detém e mantém hospedados no

local cerca de 80 cães. Também este abrigo não apresenta condições de higiene, não possui igualmente controlo de pragas ou roedores e a maioria dos cães não possui também documentação.

Em reunião com a Autoridade Veterinária Municipal, o Veterinário Municipal Dr. Jorge Salustio, o Bloco de Esquerda ficou ainda mais alarmado quanto a esta situação. Nesta reunião, que tomou lugar em fevereiro de 2018, este veterinário deu conta de que os abrigos ainda se encontravam operacionais e com os referidos animais. É entendimento de que o primeiro se mantenha em funcionamento, apenas alterando a sua capacidade de albergue e que o segundo venha a ser encerrado. Pela reiterada falta de licença e de condições de albergue dos animais, o Bloco de Esquerda entende que se devem encontrar soluções que garantam o bem-estar animal, algo que estas duas associações não têm vindo a garantir e que estes animais devem ser urgentemente esterilizados e realojados em associações e centros de recolha oficial que garantam o controlo da população e o bem-estar animal.

Várias associações deram conta de terem dado informação da sua disponibilidade para receberem os animais que se encontram nestes abrigos, no entanto, o Bloco de Esquerda obteve informação de algumas delas que ainda não teriam sido contactadas no sentido de receber os animais passado todo este tempo desde a denúncia.

Acresce que este município não possui centro de recolha oficial há anos, tendo estado por várias vezes previsto um projeto que não foi executado ainda, embora se preveja que possa vir a existir um em breve. Para além disso, o Veterinário Municipal confirma que não procedem à esterilização dos animais que têm entregado para adoção o que está em total incumprimento com a lei 27/2017 que prevê que os animais sejam esterilizados desde setembro do ano transato.

Por fim, e tendo em conta que este município declara ter um protocolo de encaminhamento dos animais com a Associação dos Amigos dos Animais de Santo Tirso (ASAAS) para o qual reencaminharam - segundo dados entregues na referida reunião – 38 animais no ano de 2017, interessa saber em que moldes esse protocolo está estabelecido e qual o acompanhamento do município à Associação e aos animais que para aí reencaminha. Assim como de que forma garante a esterilização dos animais do município em conjunto com a referida associação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da situação?
2. Que diligências foram tomadas pela Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Norte no acompanhamento e resolução deste caso?
3. De que forma pretende interceder a Direção Geral de Alimentação Veterinária de forma a garantir que os 230 animais recebem condições condizentes com a legislação de bem-estar animal e são encaminhados para outros espaços que não os que reiteradamente têm incumprido com deveres de saúde pública e bem-estar animal?
4. Porque ainda não foram entregues os animais às associações disponíveis para acolhimento?
5. De que forma considera a DGAV garantir a documentação, vacinação e esterilização em falta para cada um destes animais, tem esta Direção Geral estado em contacto com o município para garantir a aplicação de legislação relativa à identificação e à lei de não abate destes animais?

6. Qual o envolvimento e entendimento do delegado de saúde do Norte quanto a este e outros casos denunciados relativos a surtos de animais em Santo Tirso que ponham em causa a saúde pública?
7. De que forma pretende garantir a DGAV que a aplicação do dever de esterilização é cumprido pelo Município de Santo Tirso dentro do período em que já está em vigor a obrigatoriedade de entrega dos animais em adoção esterilizados?
8. Em que fase se encontra a construção deste Centro de Recolha Oficial animal deste município?
9. Que dados tem a DGAV disponibilizados pela autoridade veterinária do município de Santo Tirso relativamente a 2016 e 2017?

Palácio de São Bento, 24 de março de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)